

Filologia e lexicologia: estudo léxico-semântico de um manuscrito do século XVIII

Philology and lexicology: lexico-semantic study of an 18th century manuscript

Bruna Trindade Lima Santos¹ 

E-mail: brunatrindade243@gmail.com

Alicia Duhá Lose^{2,3} 

E-mail: alicialose@gmail.com

¹Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Fundação de Amparo à Pesquisa, Universidade Estadual de Feira de Santana, Novo Horizonte, BA, Brasil.

²Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

³Universidade Estadual de Feira de Santana, Novo Horizonte, BA, Brasil.

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidados

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a
Sócio-História do
Português e a História
Social da Cultura Escrita

Recebido: 31/10/2022

Aceito: 16/08/2023

Como citar:

SANTOS, Bruna Trindade Lima; LOSE, Alicia Duhá. Filologia e lexicologia: estudo léxico-semântico de um manuscrito do século XVIII. Revista LaborHistórico, v.9, n.2, e55307, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i1.55307>

Resumo

As línguas, inevitavelmente, refletem as influências dos elementos sócio-históricos, geográficos e culturais que estão relacionados à história dos seus falantes. O léxico, portanto, é o lugar onde são percebidas essas influências e marcadas as definições identitárias, como é o caso do Brasil e principalmente do português brasileiro (doravante PB), nascido do contato entre europeus, indígenas e africanos. Nesse sentido, podemos notar, ainda hoje, os empréstimos lexicais advindos das línguas indígenas e africanas, além da língua dos imigrantes, e que enriqueceram a língua portuguesa em solo brasileiro. Assim, neste artigo, com base nos princípios da Lexicologia e no *corpus* retirado da edição semidiplomática do documento *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*, buscou-se fazer o levantamento das lexias indígenas utilizadas pelo militar Domingos Muniz Barreto, de forma a ilustrar a influência indígena no português brasileiro do século XVIII e tentativa de uma instauração de uma ortografia portuguesa para palavras indígenas. A metodologia baseou-se em Queiroz

(2012). Concluiu-se que o repertório lexical de Domingos e o uso do vocabulário de origem indígena revelam as pistas para uma “gramaticização” das línguas indígenas, através da grafia em língua portuguesa, e que isso demonstra já uma incorporação destas no próprio PB.

Palavras-chave

Documentação indígena. Estudos lexicais. História Social do Português Brasileiro. Sócio-história do Português Brasileiro. Filologia.

Abstract

Languages inevitably reflect the influences of socio-historical, geographic and cultural elements that are related to the history of their speakers. The lexicon, therefore, is the place where these influences are perceived and identity definitions are marked, as is the case of Brazil and mainly of Brazilian Portuguese (hereinafter BP), born from the contact between Europeans, indigenous peoples and Africans. In this sense, we can notice, even today, the lexical borrowings arising from indigenous and African languages, in addition to the language of immigrants, and which enriched the Portuguese language on Brazilian soil. Thus, in this article, based on the principles of Lexicology and on the corpus taken from the semi-diplomatic edition of the document *Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil*, an attempt was made to survey the indigenous lexias used by the soldier Domingos Muniz Barreto, in order to analyze the Indigenous influence on Brazilian Portuguese in the 18th century and the attempt to establish a Portuguese spelling for indigenous words. The methodology was based on Queiroz (2012). It was concluded that Domingos' lexical repertoire and the use of vocabulary of indigenous origin reveal the clues for a “grammaticalization” of indigenous languages, through spelling in Portuguese, and that this already demonstrates an incorporation of these in BP itself.

Keywords

Indigenous documentation. Lexical studies. Social History of Brazilian Portuguese. Socio-history of Brazilian Portuguese. Philology.

Introdução

O estudo de uma língua depende do estudo de fatores que estiveram, ao longo da história, relacionados a esta mesma língua. Dessa forma, o estudo do português brasileiro pressupõe o estudo dos fatos históricos e acontecimentos que motivaram sua origem e expansão, e que estão direta ou indiretamente relacionados.

Todavia, embora o português brasileiro (doravante, PB), entre as diferentes variedades, seja a de maior expressividade no que diz respeito ao número de utentes, por muito tempo ele foi considerado como língua diferente e errada, mal falada em

relação à falada em Portugal, cuja imperfeição se deve ao contato, aqui havido, com os idiomas africanos e indígenas. de que o PB, na condição de língua transplantada, apresenta uma trajetória ímpar, marcada pela pluralidade e complexidade de muitas influências, fruto dos contatos sociais e linguísticos a que se submeteu.

Nesse cenário plural em que coexistem grupos indígenas, uma variedade de negros africanos de diferentes etnias e línguas e portugueses representantes de uma cultura desenvolvida em terras ibéricas – também já influenciada pelo contato com outras culturas, em virtude do movimento expansionista – a sociedade e a cultura brasileira se consolidam, surgindo, como afirma Darcy Ribeiro (2006, p. 21), o “novo”: uma sociedade múltipla pela diversidade étnica – ainda presente na contemporaneidade – e igualmente complexa pelas especificidades linguísticas e culturais de cada povo; o que, possivelmente acarretou em dificuldades de convivência com o *outro*. Traduzir essa relação com o outro, aliás, sempre foi um dos maiores objetivos das documentações europeias de temática colonizadora.

Ao estudarmos a documentação remanescente desse período, entramos em contato com essas relações, tanto com o outro quanto a que existe entre língua e cultura, perpassando por valores espirituais, materiais, qualidades peculiares do homem e aquelas adquiridas ao longo da sua existência e do seu desenvolvimento nas suas relações com o outro. Esses valores são perceptíveis na superfície textual e são assinalados também linguisticamente. Os textos antigos, assim, traduzem o *modus vivendi* das sociedades que os produziram.

No presente artigo, levantamos, a partir da descrição sobre os índios em alguns fragmentos da edição semidiplomática do *Plano Sobre a Civilização dos Índios da Bahia* (Santos, 2016), documento setecentista inserido no contexto de contato linguístico entre português europeu e línguas indígenas, lexicais de origem indígena de forma a indentificar o contributo das línguas indígenas ao português brasileiro a partir do estudo do repertório lexical de Domingos Muniz Barreto – nomeadamente, nos capítulos “Índios Mansos e Índios Bravos” – além da análise da influência indígena no português brasileiro do século XVIII e a instauração de uma ortografia para palavras indígenas.

Sobre o documento e o autor

De uma forma geral, o plano aborda a questão da civilização dos índios do sul da Bahia no século XVIII. A noção de “civilização”, para a época, seguia os modelos defendidos pelo Marquês de Pombal, com objetivos relacionados à cristianização da Bahia e implantação da língua portuguesa.

Até o momento, são conhecidas algumas versões e cópias que o autor fez circular na época e destinadas a diferentes pessoas ilustres. Para este trabalho, porém, interessamos o manuscrito pertencente ao Arquivo Distrital de Évora e endereçado ao Bispo de Beja; em específico, os capítulos “Dos Índios Mansos” e dos “Índios Bravos”.

O autor do documento, Domingos Barreto, nasceu na Bahia, em 1748, e fazia parte de uma nova geração de intelectuais que ganhou espaço durante o reinado de D. Maria I. Sua atuação como “civilizador dos índios” concentra-se entre 1791 e 1792, após ter visitado aldeias e vilas indígenas. De acordo com um requerimento enviado à rainha em 1794, citado por Santos (2012), o autor afirmava ter sido motivado a empreender essas viagens pelo “zêlo de catholico e de fiel vassallo”.

Posteriormente, Domingos afirma, em *Noticia da Viagem, e jornadas que fez o Capitão Domingos Alz Branco Muniz Barreto, entre os Indios sublevados nas Vilas e Aldeas das Comarcas dos Ilheos, e Norte da Capitania da Bahia*, ter sido nomeado para uma junta em Salvador com a finalidade de tratar da sublevação dos indígenas de Ilhéus; no entanto, é possível que o verdadeiro objetivo do autor fosse ser um especialista das questões indígenas e obter mercês e vantagens, conforme Santos (2012).

Ainda assim, o documento de Barreto, apesar de não lhe ter oferecido mercês, corresponde a uma fase histórica e linguisticamente importante. A expulsão dos jesuítas compromete de forma significativa a escolarização em terras brasileiras, e esse acontecimento político estará refletido também na língua, visto que o processo de escolarização ficou a cargo de pessoas pouco preparadas para lidar com a nova realidade sócio-histórica e linguística do território brasileiro – nomeadamente, os militares.

Contexto de produção do documento

A questão indígena no Brasil-colônia, de acordo com Ribeiro (2009), foi projetada nas esferas religiosa e política segundo a aceção de poder e domínio da época, porém, o século XVIII foi marcado por questões polêmicas que envolviam o governo dos povos e da terra.

A soberania do Rei de Portugal contra o domínio espanhol estava comprometida e o indígena, principalmente o do *sertão*, representava um entrave para a demarcação dos limites do domínio português, o que refletia uma questão cada vez mais militar. Naquele momento, a Europa, de uma forma geral, passava por uma revolução de ideias contrárias ao Iluminismo; e a Igreja, até então muito poderosa, lutava contra a nova política absolutista.

Santos (2012), então, argumenta que Portugal, então, passou a pregar as três medidas: o *Despotismo Esclarecido*, ou seja, o direito divino do rei; o *Regalismo*, em que o chefe do Estado podia interferir em assuntos internos da igreja, e o *Beneplácito Régio*, em que a Igreja tinha que contar com a aprovação do monarca. Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, na época, era o representante do Despotismo Esclarecido e ministro do reino de Portugal.

Pombal, dessa forma, iniciou a “reforma pombalina” com a intenção de fazer com que Portugal acompanhasse o ritmo econômico do restante da Europa, sendo

o Brasil do século XVIII o cenário dessa grande luta entre duas grandes forças: a Igreja e o governo.

Vista a grande influência e independência do Estado que os jesuítas mantinham em território brasileiro, Pombal passou a interferir no plano da Companhia de Jesus. A escravidão dos indígenas foi extinta e foi permitido o casamento com portugueses. Pombal acreditava que, com a miscigenação, existiria um crescimento populacional e o Estado contaria com mais força nas fronteiras do interior.

Os padres foram acusados de desrespeitarem a Bula Pontifícia de 20 de dezembro de 1741, que havia declarado livres todos os indígenas no Brasil, embora um dos principais argumentos usados pelos religiosos em prol da administração das aldeias estivesse em defesa dos povos originários e contra a escravidão indiscriminada promovida pelos moradores (Santos, 2012)

O Marquês de Pombal, que objetivava a centralização poder, expulsou os 670 jesuítas que moravam no Brasil e ordenou que fechassem os colégios, acusando-os de traição. É importante salientar que os jesuítas, conforme explica Santos (2012), não foram os únicos que exerceram a administração temporal e espiritual das aldeias no período colonial. Na Bahia, capuchinhos, franciscanos e carmelitas da observância e reformados, além do próprio clero secular, administraram aldeias.

Os indígenas considerados rebeldes foram tidos como “inimigos públicos” à medida que reagiam às investidas dos colonizadores, resultando na legitimação do extermínio ou do domínio. Apesar de complexa, essa legislação exprime, em seu conjunto, a necessidade de controle sobre esses povos, e Perrone-Moisés (1992) demonstra o quanto as leis sobre os indígenas oscilaram, como reflexo da busca incessante da submissão.

Até dada altura, a organização do ideal civilizador do “gentio dos sertões” seguiu os moldes propostos pelo Diretório dos Índios do Pará e Maranhão. Definido como “católica legislação”, o Diretório concebe a conversão como condição da conquista e não como sua consequência, conforme afirma Ribeiro (2009). A expansão do Cristianismo, o zelo pela conduta espiritual dos colonos, a retirada do gentio da barbárie por consequência dos conflitos existentes, na perspectiva do colonizador, portanto, eram considerados deveres do Estado.

Além de ordenar o Diretório dos Índios, Pombal tentava fazer do indígena um aliado. Quando havia resistência, esse indígena era qualificado como inimigo. John Monteiro (1994 *apud* Ribeiro, 2009, p. 331) afirma que “a guerra e o cativo foram premissas à solução de pôr fim aos ataques dos gentios bravios e às constantes formas de resistências desses povos”. Ao mesmo tempo, Pombal propunha uma política de estabelecimento de povoações civis com indígenas. Para o Marquês, o convívio dos indígenas com os brancos os levaria à aprendizagem dos costumes dos núcleos urbanos.

Dessa forma, Pombal pretendia a integração dos indígenas à civilidade com objetivos de, primeiramente, apaziguá-los, em seguida, usá-los, também, na defesa do território (PNA, Códice 10624, FR. 1239). Com a supressão do domínio dos missionários sobre os indígenas, o governador acreditava poder resolver os diversos problemas das regiões brasileiras, inclusive de ordem econômica, visto que os religiosos eram considerados como responsáveis pelo monopólio do comércio e da mão de obra indígena, e também acusados de atentado ao Rei D. José, na noite de 3 de setembro de 1758 (Santos, 2012).

No entanto, acredita-se que o impasse entre o governo e a igreja estaria pautado na afirmação de um novo princípio fundador da ação colonial que não teria espaço nos séculos anteriores, pois concebiam a conversão ao cristianismo como principal propósito da colonização lusitana além-mar. Esse novo princípio estava ancorado, principalmente, na ação do Estado e dos próprios colonos, motivados pelos ideais de “civilidade” e “civilização” dos indígenas.

Com o alvará de 1758, houve a adoção de um novo modelo de colonização em relação aos povos indígenas e à catequese, o que gerou mudanças significativas nas ideias e práticas vigentes em termos de colonização e catequese, como a ascensão de outros agentes coloniais (funcionários civis e militares) a postos antes ocupados, quase que exclusivamente, pelos religiosos.

É nesse contexto que Domingos Muniz Barreto, na condição de militar, está inserido. O novo modelo colocava um fim, oficialmente, no “systema dos jesuitas”, isto é, no modelo de catequese vigente desde a segunda metade do século XVI, baseado no aldeamento e na jurisdição temporal e espiritual dos religiosos sobre os povos originários. O século XVIII, portanto, guarda uma série de especificidades que tornam perceptíveis a influência das discussões iniciadas com os missionários da Companhia de Jesus sobre “a questão indígena, a escravidão e/ou a liberdade restrita, a tutela e a formação dos aldeamentos na América portuguesa”, consoante Ribeiro (2009).

Os missionários das aldeias que não foram incluídos na reforma de 1758 – já quenão pertenciam à Companhia de Jesus – permaneceram exercendo a função de párocos e administradores. No entanto, apesar da permanência desses religiosos, outros agentes passaram a exercer funções que se relacionavam às populações indígenas. A atuação desses agentes era, principalmente, a de “civilizar”; assim, foram considerados “agentes civilizadores dos índios” (Santos, 2012, p. 185). Entre esses agentes, o de maior destaque na Bahia foi o militar ilustrado Domingos Alves Branco Muniz Barreto, conhecido como o maior “civilizador dos índios da Bahia”, embora não ocupassenenhum cargo relacionado à temática.

A tendência geral do período pombalino é que o “processo de civilização” ficasse aos cuidados das autoridades civis – “militares, ouvidores, naturalistas, viajantes,

observadores, positivistas, sertanistas e outros” (Santos, 2012, p. 205). Assim, os religiosos perderam seu espaço paulatinamente.

Os primeiros “civilizadores” foram os ministros, que deveriam transformar as aldeias em povoações civis. O cargo de diretor das povoações e vilas indígenas, criado com o Diretório dos Índios de 1757, era caracterizado como o legítimo “agente civilizador”, pois havia a obrigação de promover a “civilidade dos índios”. Santos (2012) também comenta que foram nomeados escrivães para as povoações e afirma que estes, às vezes, faziam-se “de diretores, mestres de ler e escrever, embora não cumprissem com esta última obrigação, desculpando-se pela ausência dos meninos na escola” (Santos, 2012, p. 209).

Como podemos observar, após a saída dos jesuítas, o Brasil e, mais precisamente, o sertão da Bahia do século XVIII, sofreu com o grande hiato histórico, constatado pela rarefeita abordagem de estudos sobre esse período, deixado pela ausência dos jesuítas e suas práticas político-pedagógicas. Além disso, o papel dos diretores e escrivães como informantes da situação vivenciada nas vilas ou povoações indígenas foi quase nulo, o que implica dizer que foram pouco atuantes no seu ofício; fato que, inclusive, é criticado nos escritos de Domingos.

Surge, assim, um novo grupo de civilizadores, constituído por ouvidores das comarcas; ganhando destaque, sobretudo, a partir da década de 1760, em virtude da nova legislação, da diminuição de missionários após a expulsão dos jesuítas e da criação de novas comarcas. Nesse sentido, Domingos desenvolveu um papel de suma importância, pois sua presença concerne, justamente, ao período de mudanças muito profundas, que refletiram, inclusive, na língua.

A vertente indígena nos estudos sobre o português brasileiro

Mattos e Silva (2001), a partir de fontes e estudos sobre a configuração social brasileira, ao tratar sobre a formação do PB no período colonial, defende que os atores fundamentais nesse contexto foram o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro, nos termos definidos abaixo:

- a) O português europeu na sua dialeção diatópica, diatrática, que teria ao longo do período colonial um contingente de 30% da população brasileira; seria esse português europeu base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII;
- b) As línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;

c) O português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil sobretudo pela maciça presença africana e dos afrodescendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial (Mattos e Silva, 2001, p. 298-299).

Sobre os termos definidos em b), seria ainda mais complexa a situação da região amazônica que, ainda de acordo com Freire (2008), até meados do século XIX, mantinha uma população recém-criada que não falava o português como língua materna. O autor também relata observações importantes feitas por Gonçalves Dias relacionadas à leitura e ao ensino da língua portuguesa que, após observar as aulas e inspecionar o caderno dos alunos, constatou que o “uso do português, como língua oficial, era obrigatório na escola, mas a maioria da população desconhecia esta língua e falava, além de um idioma materno, a língua geral ou nheengatu” (Freire, 2008, p. 131).

Freire (2008) chama a atenção para o fato de que, no século XVII, eram faladas cerca de 718 línguas dentro dessa mesma região e a chegada dos portugueses teria causado uma ruptura nesse quadro de línguas. Assim, com a criação do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, houve uma tentativa – por parte da Igreja e do Estado – de buscar uma unidade linguística e isso só seria possível através de uma nova política de línguas. É essa ideia ilusória de unidade territorial e política, aliada à visão deturpada de unidade linguística com base no português, que conduziu os esquecimentos de que Freire (2008) fala: i) que não considerou que cada estado brasileiro do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará) tinham legislação e dinâmica histórica própria; e ii) que não considerou que, antes da língua portuguesa se tornar hegemônica, houve, durante o período colonial, a expansão de duas línguas de base indígena que acabaram por se tornarem as línguas que permitiam a comunicação interétnica entre indígenas, portugueses e negros. Aqui falamos da Língua Geral Paulista (doravante, LGP) e da Língua Geral Amazônica (doravante, LGA).

No tocante ao estudo das documentações relacionadas ao território brasileiro, é ainda mais gritante a questão daqueles que, mesmo realizados em universidades brasileiras, englobem a situação indígena; seja pela carência de documentação sistematizada nos acervos do país, seja pela prioridade aos estudos sobre o elemento africano na formação do PB. A necessidade de reconstruir um passado sobre essas línguas é cada vez mais latente e, na mesma proporção, extremamente difícil; daí a importância da constituição de corpora com documentações de temática indígena.

Era esse, também, um dos objetivos da minha dissertação de mestrado que pretendeu elaborar uma edição semidiplomática do manuscrito *Plano Sobre a Civilização dos Índios* e descrever a situação linguística, no âmbito da legislação pombalina e do

fim do multilinguismo oficializado, circunscrita no auge dos ideais de civilização da época, com foco na então capitania da Bahia (a região sul, especificamente).

O *Plano* é um manuscrito que emergiu quando da reforma pombalina e, embora se propusesse a um diferencial, seguia o modelo proposto por Pombal, inspirado nos ideais iluministas e visando uma suposta reforma educacional. Tal modelo, como é sabido, propunha que a metodologia eclesiástica dos jesuítas fosse substituída pela pedagogia da escola pública e laica; criação de cargos como o de escrivães-diretores e introdução de aulas régias. Domingos Alves Branco Muniz Barreto, autor do Plano, relata que a escolarização dos indígenas do sul da Bahia esteve, mediante saída dos jesuítas, nas mãos de pessoas poucos instruídas para tal. Para além do contexto de grande diversidade linguística, a situação agrava-se ainda mais quando consideramos que a figura do professor ainda não existia, ficando o ensino da língua ao encargo de médicos, engenheiros e militares (Santos, 2016).

No documento, Barreto também relata que, embora tenha havido uma preocupação em conter os “índios bravos” e não manter as línguas gerais, essas existiram, ao contrário do que defendia Aryon Rodrigues, e coexistiram com a língua portuguesa no sul da Bahia do século XVIII. Inclusive o próprio Barreto, embora contrário às práticas de ensino dos jesuítas, incentivou o uso das línguas gerais (tal como faziam os padres) na instrução dos indígenas para, só posteriormente, o da língua portuguesa.

Assim, conforme Mattos e Silva (2004), a história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro – trata o fato de que a população monolíngue em português não foi obra do acaso, isto é, teria sido definida a partir da segunda metade do século XVIII, quando “o multilinguismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro” (Mattos e Silva, 2004, p. 59).

Isto, porque políticas linguísticas foram gestadas no sentido de extinguir a diversidade linguística. Nesse sentido, as línguas indígenas e a geral foram um alvo claro de ações estatais glotocidas, principalmente a partir de meados do século XVIII; no entanto, houve também uma outra espécie de política linguística, igualmente glotocida, realizada na prática, mas não explicitada em lei, que teria atingido as línguas negro-africanas. Prova disso é que, das 200 a 300 línguas transplantadas com o tráfico de escravos, nenhuma verdadeiramente se implantou e difundiu em território brasileiro, embora algumas delas pareceram ter relativa sobrevivência, como o caso do quimbundo, na Bahia do século XVII, e do iorubá, também na Bahia, mas já no século XIX (Petter, 2006).

O terceiro alvo dessas políticas foram as línguas da imigração que, a partir da metade do século XIX, passaram a chegar atingidas não apenas, mas também significativamente, pela política de nacionalização do ensino, implementada pelo Estado Novo, que proibia o ensino escolarizado em outra língua que não o português.

Na atualidade, e de acordo com Morello (2012), apesar de não haver, no país, além do português e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nenhuma outra língua de abrangência nacional ou mesmo regional, há um conjunto expressivo de municípios onde se falam majoritariamente línguas indígenas ou línguas da imigração, o que requer iniciativas inovadoras no campo das políticas linguísticas do país.

Mattos e Silva também considera que o português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação, admitindo que “a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes” (Mattos e Silva, 2004, p. 17) e que o Brasil continua sendo um país multilíngue. Assim, o caminho pioneiro de estabelecimento de correlação entre configurações étnico-demográficas e configurações linguísticas foi, para a história do português brasileiro, aberto com objetividade por Antônio Houaiss e abordado por Alberto Mussa (1991).

Esses dados foram reorganizados por Lobo (1996) e destacaram um dos aspectos mais relevantes da história linguística do Brasil: o de que os brancos (europeus portugueses e seus descendentes “brancos” brasileiros), falantes do PE, ou de um português mais europeizado (para aqueles nascidos aqui) corresponderam, do século XVI à primeira metade do século XIX, a uma taxa constante de aproximadamente 30%; enquanto não brancos (africanos, negros brasileiros, mulatos e índios integrados – indivíduos com história linguística familiar de origem não portuguesa) foram uma maioria constante, correspondendo a aproximadamente 70 % (Lobo, 2015).

Lobo (2015, p. 74), então, destaca que “os dados de Mussa, portanto, mesmo para dar conta de um quadro macroscópico, generalizante, parecem ser, sob alguns aspectos, questionáveis, assim como questionáveis poderiam ser alguns correlatos linguísticos deles inferidos”. Assim, Mattos e Silva chama a atenção para a necessidade de se avançar para o desvelamento dos contextos regionais, inclusive dos microcontextos, a fim de que um panorama geral possa, no futuro, ser mais corretamente delineado.

Importa, também, como dito, a consideração, ainda segundo Mattos e Silva (2004), de que, na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro. Destacamos, porém, a importância, tal qual fez Lobo (2015), que se dispensa às línguas gerais, as indígenas e o português geral brasileiro.

A base do cálculo de Rodrigues (1993) para a quantidade de línguas indígenas faladas no início da colonização, aqui já referidas (1.175), não foram as primeiras línguas indígenas com as quais os colonizadores portugueses tiveram contato (isto é, as línguas do tronco macro-tupi, sobretudo da família tupi-guarani, que se estendem por toda a costa e pelas bacias dos rios Paraná e Paraguai), conforme constata Lobo (2015). As línguas consideradas por Rodrigues (1993) foram as do tronco macro-jê.

Para que se possa falar em uma língua representativa de uma nação, há que se considerar a dificuldade em se saber a que terá correspondido o conceito de “nação”,

em termos sociopolíticos e linguísticos. No entanto, Rodrigues (1996, p. 14) acredita que tenha sido o tupinambá:

[...] a língua falada pelos índios abrangidos pela expressão de Anchieta ‘desde os Tamoyos do Rio de Janeiro até os Pitiguares da Parayba’ (ANCHIETA, 1595, p. 1-2), com ampliação para os índios da mesma cultura e língua que se encontravam ou vieram a encontrar-se na costa brasileira, do Rio Grande do Norte até o Pará», enquanto o tupi ou tupiniquim teria sido a «língua dos ‘Tupis de São Vicente’ do mesmo Anchieta» (Rodrigues, 1996, p. 14).

A baía de Angra dos Reis era, justamente, o limite geográfico entre os falantes do tupinambá e do tupi no século XVI. Por isso, a história do tupinambá e do tupi/tupiniquim, tal qual atesta Lobo (2015), é indissociável da história da língua que os colonizadores chamam de geral, “uma invenção verdadeiramente abominável e diabólica”, de acordo com o Diretório pombalino.

Sobre a designação do termo, escreve Mattos e Silva (2004, p. 78) que “O que de diversidade linguística recobre essa designação genérica [língua geral] é outra questão fundamental na reconstrução de uma história linguística do Brasil e, conseqüentemente, da história do português brasileiro”. Portanto, neste trabalho, não iremos nos tratar das definições do que seja a língua geral considerada por Domingos, nem da identificação de qual seja a língua indígena a que ele se refere, mas levantar lexias que foram incorporadas à língua portuguesa.

O corpus e análise das lexias

O *corpus* utilizado para este trabalho corresponde à edição dos capítulos *Índios Mansos e Índios Bravos* do documento, que vão do fólho 15 recto ao 20 verso. A transcrição utilizada é a edição semidiplomática de Santos (2016), nos moldes do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB, com adaptação de Brocardo (2006), produto final da pesquisa realizada no mestrado em Ciências da Linguagem, na Universidade Nova de Lisboa. Na altura, a escolha pela edição semidiplomática se deu por acreditar-se que a edição semidiplomática aproxima o leitor do texto, facilitando a leitura e mantendo a confiabilidade do que foi escrito originalmente.

As lexias foram dispostas em ordem alfabética, destacadas em negrito e com letras maiúsculas, seguidas da natureza gramatical, da definição (segundo o dicionário on-line Michaelis) e do contexto (constando algumas ocorrências, o número do fólho e linhas).

O léxico

Nomear sempre foi uma necessidade humana, pois nomear é, de certa forma, estabelecer uma relação entre o nome e aquilo que foi nomeado. O signo linguístico, assim, como defende Saussure, une não só uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica (Saussure, 1970).

Essas nomeações constituem a língua e a fazem viva e repleta de peculiaridades que configuram a sua própria identidade, pois o ato de nomear ocorre segundo circunstâncias históricas, variáveis culturais e os anseios espirituais que definem a “marca” de uma língua. Essa identidade pode ser percebida no léxico que expressa o comportamento social, histórico, cultural e linguístico dos falantes de uma língua.

Para Oliveira e Isquierdo (1998, p. 7), “[...] o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. [...] na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura”. Por isso, é fundamental que se conserve a cultura lexical de uma língua e isto é possível através do estudo, da descrição e da análise das lexias pertencentes, no nosso caso, ao vocabulário indígena presente no documento ora mencionado, uma vez que:

[...] deve-se estudar o léxico de uma língua, levando em conta o fato de ser a linguagem um fato social por excelência e, desse modo, resultante dos contatos sociais que se estabelecem ao longo do tempo e reveladora dos hábitos, costumes, enfim, do *modus vivendi*, dos aspectos sociais e culturais, de uma dada comunidade, dos povos, de modo geral (Santos, 2009, p. 11).

Portanto, aqui apresentamos um levantamento léxico-semântico do vocabulário indígena que terá como ponto de partida o elencamento das lexias – palavra carregada de significação social, sendo externa e referencial, e fruto das relações do indivíduo com o mundo – dentro de um único macrocampo (*Indígenas*) dividido em quatro microcampos, a saber: *Deuses, Aldeias, Raízes e Plantas*.

Macrocampo indígenas

Bechara (2009, p. 387) define o campo lexical como “uma estrutura paradigmática constituída por unidades léxicas que se repartem numa zona de significação comum e que encontram oposição imediata umas com as outras”. Sendo assim, a escolha do significado das lexias deve levar em consideração o contexto em que estão inseridas.

As unidades lexicais, portanto, refletem a materialização dos diversos campos lexicais de uma determinada língua, uma vez que a língua está semanticamente estruturada por microestruturas, sendo estes subconjuntos de palavras pertencentes a um mesmo campo de interesse ou de conhecimento.

Corroborando a afirmação de Bechara (2009), Abbade (2009, p. 38) define o campo lexical como “um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e

hierarquia articuladas entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico”. A teoria dos Campos Lexicais, então, defende que as palavras só têm sentido como parte de um todo, que têm seu sentido inserido em uma realidade linguística e que não têm sentido se lhe faltam outras semelhantes ou opostas, pois necessitam sempre de um *campo conceitual*.

Nessa perspectiva, Coseriu (1977) propôs um estudo diacrônico e estrutural do léxico, relacionando o estudo funcional do vocabulário à Lexicografia e à Semântica Cognitiva, frente à Gramática Gerativa. Assim, Coseriu (1977) estabeleceu uma hierarquia dos campos lexicais em que os *macrocampos* são os campos com totalidade maior de lexias que farão parte de campos inferiores, e os *microcampos* são agrupamentos menores de lexias que podem ser inseridas num macrocampo. Segundo o autor:

Un campo léxico puede definirse como paradigma léxico, es decir, como una estructura lexemática opositiva. En cuando tal, un campo léxico se caracteriza por el hecho de que resulta de la repartición de un contenido léxico continuo entre varios lexemas que se oponen de manera inmediata unos a otros, por medio de rasgos distintivos mínimos (rasgos de contenido, naturalmente) (Coseriu, 1977, p. 185).

Assim, o campo lexical *Indígenas* é apresentado a partir da teoria dos campos lexicais, proposta por Eugênio Coseriu (1977).

Os microcampos

As lexias foram apresentadas segundo a metodologia utilizada por Queiroz (2012): dispostas em ordem alfabética, destacadas em negrito e com letras maiúsculas, seguidas da natureza gramatical, da definição e do contexto (constando o número do fólio).

- *Microcampo dos Deuses:*

TUPÁ- (tupi) s.m. Entre os povos indígenas de língua tupi, o trovão, cultuado como divindade suprema (Deus). Var. Tupã.

Contexto: Indios, antes do des=| cobrimento, geramente adoravão a huma Ex=| <↓cellencia>|| Excellencia Superior aque chamavão na sua lingua **Tupá** (fol. 2v) Elles não adorão a Deos| expressamente, comtudo não deixão de ter| huns confusos vestigios de huma excel=| lencia superior, aque chamão **Tupá**. (fol. 20r)

- *Microcampo das Aldeias:*

AMOGPYRA- (tupi) adjetivo. Amoipira. 1. Relativo ou pertencente a esse povo. 2. substantivo. Indígena dos amoipiras, povo extinto que habitava a margem esquerda do rio São Francisco, na Bahia, no século XVI.

Contexto: Depois destes| são os **Tobayaras, Tupís Tupinambás, Tu=| pinaquís, Tupigoás, Tumiminós, Amoig=| pyras, Araboyaras, Rariguiáras, Potigo=| áres, Tamoyos**, de *que* hê principal o grande Gato| e **Carijós**; e todos estes e outros menos conheci=| dos, fazem huma sô especie, ainda que| vivão dispersos em diferentes lugares.|| (fol. 14r)

AYMORÉ- (tupi) adjetivo. Aimoré. 1. Indígenas que habitavam o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. Não falavam a língua tupi. 2. substantivo. Denominação dada a diversos grupos indígenas, de várias regiões do Brasil, que não falavam o tupi.

Contexto: Entre os Índios a que chamo bravos, os| mais temiveis são os **Aymorés**. Estes são| os mais brutos e deshumanos de todo o| Brasil. (fol. 16r)

CARIJÓ- (tupi). substantivo. 1. Indígena dos carijós, denominação primitiva dada aos guaranis que habitavam várias áreas desde o Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul. 2. Indígena aprisionado pelos participantes das bandeiras e escravizado pelos colonos paulistas. 3. Galo ou galinha com penas salpicadas de branco e preto. adjetivo. 1. Relativo ou pertencente aos carijós. 2. Diz-se dos indígenas escravizados pelos colonos paulistas. 3. Diz-se de galos ou galinhas com penas salpicadas de branco e preto; pedrês.

Contexto: **Carijó**| chamado Antonio de Leiva, *para* os introduz=| zir entre aquelles Índios. [espaço] Tiverão tão| bom sucesso, *que* foi o mesmo dezejarem, *que*| logo conseguirem: todavia o negão elles| nas suas historias, e asserverão *que* foraõ convi=| dados pelos mesmos Índios do Uruguai, mandan=| <do-lhes>69 // (fol. 34v)

POTIGOÁR- (tupi) substantivo. 1. Índigena dos potiguaras, povo que habita a costa da Paraíba. 2. Língua falada por esse povo. Adjetivo. Relativo ou pertencente a esse povo ou a essa língua. (Var. Potiguara).

Contexto: Depois destes [inint.] segundo| lugar estão os **Potigoáres**, assim no valor,| como na astucia, como bem tem mostrado| nas guerras que tem tido com os Taboyaras.|| (fol. 15v)

TAMOYOS- (tupi) s.m. Tamoio. Denominação dada no século XVI a indígena dos tupinambás meridionais, povo que vivia no litoral norte do Estado de São Paulo e na região da atual cidade do Rio de Janeiro.

Contexto: Os **Tamoyos** que estão em| terceiro lugar, também são muito reveren=| ciados entre os da sua especie, pela sua cons=| tancia, modo de pelear, e valentia, e sua| principal habitação hê nas serras do Rio| de Janeiro|| (fol. 15r)

TAPUYA- (tupi) substantivo. Tapuia. 1. Indivíduo dos tapuias, grupo indígena que habita o noroeste de Goiás, com terras nos municípios de Rubiataba e Nova América, resultante da miscigenação de xavantes, caiapós e carajás com negros e brancos. 2. Nome dado pelos portugueses aos indígenas que não falavam línguas do tronco tupi e que habitavam o interior do país; tapuio. 3. *V* tapuio, acepção 3. adjetivo. Relativo ou pertencente a esse grupo indígena.

Contexto: formarão outra aqual de nehuma ou=| tra nação hê entendida nem ainda mês=| mo dos **Tapuyas** de quem descendem por| que alem da diferença dos nomes, que derão a| todas as cousas, pronúnciao com voz gutu=| ral, (fol. 17v)
outra especie de verdadeiros **Tapuyas**, | que quer dizer na sua lingua contrario| de todas as naçoens. Verificação toda a| força do seu nome, porque não perdem o c=| cazião de cevar asua gula (fol. 17r)

TABOYARA- (tupi) substantivo. Tabajara. Indígena dos tabajaras, povo que habita a cidade de Amarante (MA). adjetivo. Relativo ou pertencente a esse povo.

Contexto: Entre estes Indios os que per=| tendem ser os primeiros povoadores, chamados| aseu modo Senhores da terra são os **Tabo=|**
<↓yaras>

[[**Taboyaras**]], cujo nome derivando-se dos| tobá, que significa na sua lingua rosto, com| isto vem adizer que são Senhores doprin=| cipal frente ecabêça da mesma terra.|| (fol. 15v)

TUMIMINÓ- (tupi) substantivo. Temiminó. Indígena dos temiminós, povo extinto que viveu, no século XVI, no Rio de Janeiro, sendo levado depois para o Espírito Santo. No século XVII recebeu também esse nome um subgrupo guarani que habitava a região Sul do Brasil. adjetivo. Relativo ou pertencente a esse povo.

Contexto: Depois destes| são os **Tobayaras, Tupís Tupinambás, Tu=| pinaquís, Tupigoáes, Tumiminós, Amoig=| pyras, Araboyaras, Rariguiáras, Potigo=| áres , Tamoyos**, de *que* hê principal o grande Gato| e **Carijós**; e todos estes e outros menos conheci=| dos, fazem huma sô especie, ainda que| vivão dispersos em diferentes lugares.|| (fol. 14r)

TUPI- (tupi) substantivo. 1. Indígena dos tupis, grupos cujas línguas pertencem ao tronco tupi, distribuídos por quase todos os estados do Brasil e também por outros países da América do Sul (Venezuela, Colômbia, Peru, Guianas, Bolívia, Paraguai e Argentina). 2. Língua do tronco linguístico tupi, falada por esses grupos indígenas. 3. *V* tubiba. adjetivo. Relativo ou pertencente a esses grupos indígenas ou à sua língua.

Contexto: Castelhana,| *que* navegando *para* o Rio da prata, se per=| deo no porto dos patos; e sendo necessa=| rio a alguns passageiros atravessar *por*| terra da *quelle* sitio ao Rio da prata temen=| do os Índios **Tupís**, lhes foi dado hum| passaporte assignado pelo pelo Pe. Provincial // (fol. 42v)

TUPINAMBÁ- (tupi) substantivo. 1. Indígena dos tupinambás, povo extinto que habitava a costa do Brasil, desde o norte de São Paulo até o Rio de Janeiro, da Bahia à foz do rio São Francisco, do Maranhão ao Pará e também a ilha de Tupinambarana, no Amazonas. 2. Língua da família tupi-guarani, falada por esse povo. adjetivo. Relativo ou pertencente a esse povo ou à sua língua.

Contexto: são os Tobayaras, Tupís, **Tupinambás**, Tu=| pinaquís, Tupigoães, Tumiminós, Amoig=| pyras, Araboyaras, Rariguoáras, Potigo=| áres, Tamoyos, (fol. 15v)

TUPINIQUIM- (tupi) substantivo. Indígena dos tupiniquins, povo da família linguística tupi-guarani que vive em áreas demarcadas, no município de Aracruz, litoral do Espírito Santo, e no município de Ilhéus, na Bahia. adjetivo. 1. Relativo ou pertencente a esse povo. 2. *V* brasileiro.

Contexto: são os Tobayaras, Tupís, Tupinambás, **Tu=| pinaquís**, Tupigoães, Tumiminós, Amoig=| pyras, Araboyaras, Rariguoáras, Potigo=| áres, Tamoyos, (fol. 15v)

- *Microcampo das Raízes:*

AYPÍ- (tupi). S.m. Aipim. *V* mandioca, acepções 1 e 2.

CARÁ- (tupi) s.m. Chumaço de algodão em chamas que, nos candomblés, se coloca na boca das pessoas em transe, ou na palma das mãos, para comprovar se o orixá está realmente nelas incorporado. Var. acará.

MANDIOCA- (tupi) S.f. 1. Planta arbustiva perene (*Manihot esculenta*), da família das euforbiáceas, originária da América do Sul, podendo alcançar até 5 m de altura, de folhas inferiores palmatilobadas e superiores, às vezes inteiras, longipeciouladas, flores em cachos axilares e frutos capsulares ovoides; é muito cultivada por suas raízes tuberosas, de casca pardacenta e massa esbranquiçada, contendo um suco leitoso, acre, mais ou menos venenoso, conforme o teor de ácido cianídrico presente. Depois de tratadas a alta temperatura, que as faz perder a toxidade, as raízes são usadas na produção de farinha, tapioca, fécula e ração animal; castelinha. 2. A raiz dessa planta; pau-farinha. 3. *V* tiravira, acepção 1.4. *V* pênis.

S.m. 1. Determinado partido conservador do período monárquico. 2. Adepto desse partido.

Contexto: Comem ordinaria| mente raizes deplantas. **Amandioca, aypí,** batata, inhame, **cará**, mangará eoutros. (fol. 12r)

• *Microcampo das Plantas:*

MANGARÁ- (tupi) s.m. Parte terminal da inflorescência da bananeira, roxa ou castanho-avermelhada; coração.

Contexto: Comem ordinaria| mente raizes deplantas. Amandioca, aypí, batata, inhame, cará, **mangará** eoutros. (fol. 12r)

Considerações finais

As lexias extraídas do *corpus* permitem conhecer a construção de identidades e diversidades cultural, bem como a influência do tupi no português brasileiro, uma vez que Domingos incorpora a maioria dos vocábulos à superfície do seu texto sem sequer dar definições (com exceção das tribos), o que permite inferir que se trate de palavras de uso comuns entre os falantes do português do século XVIII.

Observamos uma pequena estruturação do vocabulário tupi e de algumas palavras que foram grafadas em português por Domingos Barreto e incorporadas ao léxico do português brasileiro, como é o caso das lexias “cará”, “aipim” e “mandioca”. Para isso, tornou-se fundamental tomar como base de sustentação do trabalho, a teoria dos campos lexicais e semânticos de Eugênio Coseriu (1977), além dos conhecimentos sobre a influência das línguas indígenas e do contexto histórico.

A partir deste breve estudo, foi possível identificar pistas da identidade cultural e social dos sujeitos envolvidos no processo de *civilização*¹, bem como a dimensão do contato linguístico no vocabulário indígena, permitindo concluir que já neste momento havia indícios de uma tentativa de gramaticização, moldes definidos por Emília Helena Portella, das línguas indígenas por parte dos falantes do português, fato que se percebe na tentativa de grafar em português línguas de natureza ágrafa. Isto é, não havia uma outra maneira de transcrever uma língua ágrafa sem uma correlação possível com o sistema fonológico da língua portuguesa.

Esta temática tem sido foco das pesquisas de Santos (2020), que tem se ocupado de analisar o documento *Gramática da Lingua Geral do Brasil e hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes da dita lingua* e rastrear, com base no paradigma indiciário, as metodologias utilizadas nessa tentativa de gramaticização. A pesquisa está em andamento e resultará na sua tese de doutorado.

¹ Cf. *Plano Sobre a Civilização dos índios do Brasil*.

Assim, percebemos a importância da conservação e do trato filológico da documentação de temática indígena, cujas pesquisas ainda são escassas. Principalmente no tocante ao léxico indígena e a sua influência no PB. Espera-se, portanto, que este trabalho motive estudos futuros que possam abordar a vertente indígena na história social linguística do PB, pois “[...] língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas...” e estudá-la “[...] é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo de suas lexias” (Abbade, 2009, p. 214).

Referências

- ABBADÉ, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: um livro de cozinha da infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Estudo estrutural do léxico: a lexemática. In: *Moderna gramática portuguesa*. 37a. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BROCARD, Maria Teresa. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV). Lisboa: IN-CM, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.
- FREIRE, José. R. Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. *História Social da Língua Nacional*. Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2008. p. 119-150.
- LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 87-115.
- LOBO, Tânia. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. *Revista de Lingüística Galega*, Universidade de Santiago de Compostela, n. 5, p. 69-82, 2015. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/2314/2861>>.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 275-302. [Vol. 2].
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no Brasil. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 45, p. 105-126, 2002a.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MORELLO, R. A Política de Cooficialização de Línguas no Brasil. *Platô, Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, Cidade da Praia, v. 1, p. 8-17, 2012.
- MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, SMC, 1992. p. 115-132.

PNA – Palácio Nacional da Ajuda. Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Códice 10624. FR. 1239. Cartas do Marques de Lavradio. *Cartas do Marques de Pombal. Informações do sul, rio Grande, rio Pardo, Pernambuco, outras partes da colônia e do Conde de Bobadella*. Século XVIII.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro. Filologia e Lexicologia: A edição e o estudo do vocabulário de autos do defloramento. *Linguagem – Estudo e Pesquisa*, v. 16, n. 2, p. 15-28, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Núbia Braga. Catequese e civilização dos índios nos sertões do Império português no século XVIII. *História*, v. 28, n. 1, p. 321-345, 2009.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As línguas gerais sul-americanas. *Revista de Crioulos de Base Ibérica*, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 2. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à Civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Dissertação (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Bruna Trindade Lima. *Edição do Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil: contribuições para aspectos sócio-históricos do português no Brasil do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/19665/>. Acesso em: 31 out. 2022.

SANTOS, Bruna Trindade Lima. *Tupi ou uma língua geral: Edição de uma gramática setecentista e estudo socio-histórico do processo de escolarização em língua portuguesa na Amazônia do século XVIII*. Projeto de Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2022.

SANTOS, Rosa Borges dos. Léxico e cultura. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (org.). *Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.